



----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS, REALIZADA NO DIA CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E OITO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro reuniu, no Centro Sociocultural dos Serviços Sociais da Administração Pública, sito na Avenida Visconde de Valmor, número setenta e seis letra A, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas (*ANEXO 1*), sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Abel Manuel Eusébio Simões, Primeiro Secretário, e Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (*ANEXO 2*), para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Américo Manuel de Brito Vitorino e Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes e Maria Eulália Gomes Frazão. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Fernando Marques Pereira, Sigismundo Alexandre Almeida de Sampaio Nunes, Jorge Manuel Serra d’Almeida e Dora Helena de Albuquerque Lampreia e André Oliveira Carrilho. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Teresa Paula de Amorim Costa Vilela Dionísio. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Patrícia Valadão Sacadura da Silva Garcia de Borja Menezes e Mário João Alves Chaves. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Isabel Maria Laureano Varão. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – William Ricardo Teixeira Naval. -----

----- **Do Partido “CHEGA” (CHEGA)** – Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1. Aprovação das atas nº 24 e 25, referentes às sessões de 27 de junho e 29 de julho; -----

----- 2. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Ratificação - Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Lisboa na Freguesia de Avenidas Novas, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação de Lisboa – Vertente de Apoio a Agregados Familiares – Proposta nº 213/PRES/2024; -----

----- 3. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Proposta do PS intitulada “Diagnóstico Local de Segurança”; -----

----- 4. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Proposta do PS intitulada “Proteção Civil”; -----

----- 5. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Proposta do PS intitulada “Apresentação pela CML, com o orçamento anual, dos CDC de carácter regular: -----

----- 6. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a recomendação conjunta intitulada “Transmissão on-line das sessões da Assembleia de Freguesia”; -----

----- 7. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a recomendação do CDS-PP intitulada “49º aniversário do 25 de novembro de 1975”; -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros (*ANEXO 3*): -----

----- José Manuel da Luz Cordeiro, que justificou a sua falta e foi substituído por Eulália Frazão. -----

----- Pedro Miguel da Silva Gonçalves, que justificou a sua ausência e foi substituído por Pedro Miguel Duque Neuparth Sottomayor, que não compareceu. -----

----- Francisco Maria de Sousa Machado Lopes Matias. -----



----- Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por André Carrilho.-----

----- Gonçalo Nuno Pinto Ascensão Costa Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Mário Chaves.-----

----- João Manuel Meira dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Isabel Varão.-----

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Cristina Maria Fernandes Duarte Martins, Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata, Ana Cristina de Araújo Pinto Xarez, José Pedro Athayde Albuquerque Soares Rebelo e Luís António dos Santos Duarte.-----

----- Às vinte horas e cinco minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.**-----

----- Propôs, uma vez que não tinham público presente na sala, que esse período pudesse ficar para mais tarde no caso de chegar alguém que pretendesse falar.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Aprovação das atas nº 24 e 25, referentes às sessões de 27 de junho e 29 de julho;**-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 24**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Referiu que a Ata nº 25 não seria colocada à votação porque não existia quórum para que a mesma fosse votada.-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que tinha dúvidas, porque por absurdo corriam o risco de a ata nunca ser aprovada e isso não podia acontecer. A Assembleia tinha quórum, mas imaginassem que desde essa Assembleia metade dos Membros que estiveram presentes tinham renunciado ao mandato, nunca aprovariam a ata.-----

----- A sua interpretação era de que tinham quórum perfeitamente à vontade e votariam aqueles que podia votar, ou corriam o risco da ata nunca ser aprovada.-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** disse que percebia essas relutâncias na aprovação da ata. Ficaria mais confortável em colocar à votação na próxima Assembleia, era a sua perspetiva, a não ser que a Assembleia decidisse o contrário ou se o Membro Paulo Lopes pretendesse recurso da sua decisão para a Assembleia, mas ficaria mais confortável que pudesse ser votada na próxima Assembleia e até para poderem ter um quórum mais sustentado, que certamente teriam.-----

----- (Foi adiada a votação da Ata nº 25)-----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que lhe tinha sido comunicado pelos seus camaradas que na Assembleia extraordinária recente, feita em 11 de novembro, o Senhor Presidente referiu que seria considerado na reunião de 5 de dezembro, o PAOD daquela que estava calendarizada para 19 de dezembro. Pela leitura regimental, evidentemente não podia ser feita essa asserção, na medida em que as Assembleias extraordinárias, como era o caso, não podiam ter PAOD.-----

----- Assim sendo, pedia em nome da CDU o esclarecimento, saber se no dia 19 iriam ter PAOD. Era essa pergunta que fazia.-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** explicou que tal como tivera oportunidade de dizer na Assembleia de Freguesia do dia 11 de novembro e como tinha sido prática dessa Assembleia de Freguesia desde que tomara posse, havia sempre uma sessão extraordinária em dezembro



onde, por acordo entre todas as forças políticas, os documentos normalmente submetidos em PAOD numa sessão ordinária eram convertidos em ordem do dia e dessa forma eram tratados na sessão extraordinária, havendo o acordo de cavalheiros de que na Assembleia de dezembro não era submetido nenhum documento para PAOD. -----

----- No caso em apreço, tivera oportunidade de falar com o João Santos e explicar-lhe exatamente o que se estava a passar, sugerindo-lhe que os documentos que seriam para a presente Assembleia de Freguesia, que não podia ter uma vez que era extraordinária, fossem convertidos em pontos da ordem do dia na próxima Assembleia ordinária. Os documentos constariam na ordem do dia como pontos a discussão e não como documentos de PAOD. Dessa forma cumpria-se o acordo de cavalheiros que estava estipulado e cumpria-se aquilo que foi combinado na Assembleia de Freguesia de 11 de novembro, que era não haver PAOD na Assembleia ordinária por acordo entre todas as forças políticas presentes. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que evidentemente esse aspeto era algo contraditório, como estava à vista de todos. Eliminava-se um PAOD, transferindo para uma Assembleia extraordinária que não podia ter PAOD por definição e eliminava-se o PAOD na Assembleia ordinária que por definição poderia e deveria ter. -----

----- Compreendia que era uma questão prática o tal acordo de cavalheiros, mas era bom lembrar que esse acordo não era o Regimento, como o nome indicava era um acordo de cavalheiros. Portanto, estando em substituição, como essa nuance não estava contemplada no Regimento que todas as forças políticas subscreveram, era de facto no mínimo criticável porque de uma penada eliminavam-se dois PAOD. Um não podia ser e porque estava contido no Regimento, o outro porque dava jeito. -----

----- Portanto, não podia deixar de expressar a sua discordância na utilização da Lei e nesse caso do Regimento. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, prestando os esclarecimentos legais, não estavam a infringir nenhuma Lei e não estavam a infringir nenhum Regimento. -----

----- Tinha pedido a ata em minuta exatamente para recordar o que tinha dito e o que disse teve o voto favorável da CDU. Portanto, se havia alguém a quem pedir esclarecimentos era ao eleito que votou favoravelmente essa proposta. Não estava a cometer nenhuma ilegalidade, porque estavam a falar de uma Assembleia extraordinária e tinham pontos da ordem do dia, não havia nada ali que indicasse PAOD. -----

----- Por outro lado, se não concordavam com isso, eram livres de apresentar documentos para o PAOD da próxima Assembleia. Não impedia, não tinha esse poder para o fazer, mas era muito engraçado ser na última Assembleia de dezembro de um mandato que estavam a levantar essa questão e não levantaram nas três anteriores. Compreendia, estavam a chegar a ano de eleições e era preciso mostrar um bocadinho de agitação. -----

----- De todo o modo, não queriam estar a tirar importância ou a colocar num patamar inferior qualquer proposta ou qualquer recomendação que chegasse de qualquer força política. Bem pelo contrário, estavam a colocá-las como pontos da ordem do dia, com a importância que tinham, sem limitação de tempo para discussão, ao contrário do PAOD, que tinha 60 minutos para ser discutido. -----

----- Muitas vezes os pontos para o PAOD da CDU foram convertidos em ordem do dia para sessões extraordinárias seguintes. Lembrava-se, por exemplo, da Assembleia de Freguesia ordinária do passado mês de dezembro, em que havia pontos do PAOD para serem apresentados pela CDU, numa Assembleia que se não estava em erro foi na Ordem dos Contabilistas



Certificados, que por acordo passou para uma extraordinária em janeiro. -----
---- Aquilo que estava a dizer era que não queriam minorizar ou subvalorizar qualquer tipo de proposta que chegasse de qualquer força política. Bem pelo contrário, queriam dar-lhes palco e toda a atenção possível para que pudessem ser discutidas com dignidade. Sempre foi esse o apanágio da Mesa e sempre continuaria a ser o apanágio da Mesa. -----
---- A Assembleia de dezembro por si só tinha o Orçamento, que também merecia dignidade e tempo para ser discutido. Por isso, sempre em concordância e em diálogo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tinha sido tomada essa atitude. -----
---- Se a CDU ou qualquer outra força política apresentasse documentos na Assembleia ordinária de dezembro para serem discutidos no PAOD, os documentos seriam discutidos no PAOD. Não tivessem dúvidas nenhuma disso. Tiraria as ilações dessa situação. -----
---- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que queria fazer uma retificação a uma afirmação feita pelo Senhor Presidente, que na última Assembleia foi decidido em conjunto por todas as forças políticas essa decisão. Queria lembrar que não foi por todas as forças políticas, porque o CHEGA não esteve presente e porque até seria impedido de entrar por um capricho que já discutiram em várias Assembleias. Estavam à espera de uma ficha que ficaram de enviar para substituir e não foi feito. Portanto, não houve a concordância do CHEGA e como tal não se sentia fora do acordo de cavalheiros ou não, porque não houve essa concordância do CHEGA. Queria só referir isso porque achava importante que ficasse registado. -----
---- **O Senhor Presidente da Assembleia** recordou que tinha dito todas as forças políticas presentes e voltava a reafirmar todas as forças políticas presentes nessa Assembleia. Se o CHEGA não se fez representar a culpa não seria com certeza do Senhor Presidente. -----
---- **Membro Américo Vitorino (PSD)** começou por agradecer ao Partido Comunista a intervenção, o que lhes permitia abordar esse assunto. Já ficava o agradecimento por parte do PS em relação a esse assunto e também ao CHEGA por ter esclarecido qual era a sua posição. Pelo que depreendia, era contra essa situação. Agradecia ao Senhor Presidente ter esclarecido que esse ponto não desaparecia, o PAOD continuava a existir na próxima. -----
---- Sendo assim, qualquer dos partidos poderia apresentar aquilo que entendesse, de acordo com os trâmites legais nesse período, e a questão ficava rapidamente resolvida. Podiam então seguir com a Assembleia de Freguesia. -----
---- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que era exatamente isso que tinha dito. A Lei era a Lei e estava ali para fazer cumprir a Lei, doesse a quem doesse. -----
---- Aproveitava para informar que tinha feito uma participação ao Ministério Público por causa dos pedidos de substituição do CHEGA, porque tinha dúvidas sobre a identidade dos pedidos de substituição. Portanto, enviara para a Procuradoria-Geral da República os pedidos de substituição do CHEGA para serem analisados. -----
---- (intervenção não registada) -----
---- Continuando, disse que ao abrigo do regime geral de proteção de dados o eleito só podia pedir a sua ficha, não podia pedir a demanda das fichas. Se fosse do endereço de e-mail ou apresentassem presencialmente na Junta para fazer, com certeza que sim. -----
---- (intervenção não registada) -----
---- Continuando, disse que num país onde havia Leis nenhum cidadão podia alegar o desconhecimento da Lei como desculpa para não fazer ou para ter feito alguma coisa. Se o Senhor Eleito não conhecia a Lei Autárquica, aconselhava-o a ler. Os mandatos eram pessoais, eram das pessoas e não dos partidos. Como tal, não havia grupos de Freguesia do partido a falarem pelos



mandatos pessoais a que pertencia cada autarca eleito. Era assim do BE até à IL e enquanto fosse Presidente da Mesa seria assim para o CHEGA, porque eram todos iguais. O mandato era do José Soares, era do Pedro Bandeira Duarte, era do Paulo Lopes, era da Isabel Varão. Era a eles que competia fazer a substituição, não era a um partido, porque os mandatos eram das pessoas e não dos partidos. Se assim fosse, desfilava-se do CDS e perdia o mandato, o que não acontecia. ----

----- Portanto, se o Senhor Eleito não sabia a Lei aconselhava-o a procurar, porque essa informação estava na Lei. A substituição levantava dúvidas e todas as substituições do CHEGA se fossem enviadas de um endereço de e-mail diferente daquele que foi facultado nas fichas biográficas levantavam dúvidas. Levantavam dúvidas e-mails que no espaço de um minuto... não assinados, qualquer pessoa podia chegar ali e escrever o nome que quisesse. Como levantava dúvidas e como não foi aceite a substituição da Isabel Gonzalez na última Assembleia de Freguesia, mesmo que aparecesse não iria sentar-se no lugar porque a Assembleia deliberou não aceitar a sua substituição, era sua obrigação enquanto Presidente da Mesa comunicar ao Ministério Público as dúvidas que existiam.-----

----- Não lhe competia a si fazer qualquer julgamento sobre uma dúvida e tinha pedido à Procuradoria-Geral da República, que era quem tinha de emitir um parecer sobre essa situação. Portanto, estava de consciência perfeitamente tranquila, achava que com o respaldo da Assembleia estava certo daquilo que tinha feito e ficaria muito agradado se o Ministério Público lhe respondesse. Não havia nada ali que levantasse suspeitas e queria dizer que o seu mandato foi tranquilo, sem problemas e sem ilegalidades. -----

----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que relativamente ao desconhecimento ou não da Lei, parecia-lhe que como eleito e o Senhor Presidente como Presidente da Assembleia, embora todos tivessem de ter o conhecimento da Lei, seria de estranhar que desde o início do mandato todos as substituições foram processadas dessa forma. Parecia-lhe que o Senhor Presidente também desconhecia a Lei, acabou por aceitá-las como se fossem certas e bem tratadas. -----

----- Relativamente ao desconhecimento da Lei era isso que gostaria de apresentar. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Ratificação - Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Lisboa na Freguesia de Avenidas Novas, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação de Lisboa – Vertente de Apoio a Agregados Familiares – Proposta nº 213/PRES/2024 (ANEXO 4).** -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que iriam votar a favor dessa proposta, eram mais uns valores que entravam na Junta. A sua intervenção era no sentido de pedir, quando iam as propostas para ratificação na Assembleia da Freguesia, que pudessem ir um pouco mais exaustivas, explicando os valores. Percebiam que havia uma verba a transferir, admitia que fosse esse valor que estavam a ratificar, mas também não tinha a certeza que fosse esse e o que motivou esses valores. Podiam estar na proposta 213/2024, mais dois parágrafos para que as forças políticas tivessem presente qual seria o valor a inscrever no Orçamento. Existia o valor nos mapas em anexo, era verdade, mas tinha de se andar a procurar em toda aquela documentação. -----

----- Ajudaria que na proposta, de forma sucinta, fossem informados os valores que estavam e as principais justificações dos mesmos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha tido uma conversa já com o Membro Fernando Pereira e com certeza que no futuro isso seria proposto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ratificação - Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências do**



Município de Lisboa na Freguesia de Avenidas Novas, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação de Lisboa – Vertente de Apoio a Agregados Familiares – Proposta nº 213/PRES/2024, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

----- **Ponto 3 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Proposta do PS intitulada “Diagnóstico Local de Segurança” (ANEXO 5).** -----

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que a questão era exatamente a parte formal da aceitação e da deliberação desses textos. Já tiveram a oportunidade de transmitir isso ao Senhor Presidente e também aos representantes do PS. Antes de mais queria de forma muito clara saudar o PS pelo ponto de vista de ter apresentado as mesmas e todos esses assuntos mereciam a atenção e devia ser espelhada a intenção de contribuir para que as coisas corressem de melhor forma na Freguesia e também no Concelho. -----

----- A questão que se levantava e o que solicitavam ao PS era que fizesse o enquadramento devido com aquilo que era o Regimento da Assembleia de Freguesia, em que os documentos estavam tipificados e um deles, a proposta, dizia que tinha o objetivo de sugerir a adoção de determinados comportamentos, etc. O que se passava ali eram na verdade recomendações e não tinham o enquadramento da proposta. -----

----- O que frisaram ao PS e já tinham transmitido era que fosse feita a adequação disso para poderem ir ao encontro, que a parte formal tivesse a ver exatamente com o conteúdo. Em relação ao conteúdo das mesmas falariam noutro momento, mas nessa parte gostaria que o PS transmitisse qual era a situação atual. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que de facto tiveram essa conversa com o PSD e reconheciam que não estava correta a designação colocada nesses documentos. De facto, não eram propostas, eram recomendações e iriam alterar o documento nessa conformidade, no final enviaria a nova versão. Fariam também outras alterações que no texto iria explicitar. -----

----- Também pedia à Mesa para dizer que o PS entendeu retirar o ponto 5 em acordo também nas conversas com outras forças políticas. Entendiam que o assunto tinha interesse para a Junta e para o funcionamento geral das autarquias, mas precisariam de solidificar um pouco mais a questão e, eventualmente também em contato com outras forças políticas, no sentido de apresentarem uma proposta mais robusta à Assembleia de Freguesia. Portanto, pedia a retirada do ponto 5. -----

----- Relativamente ao ponto 3, era o assunto que o PS já tinha levado à Assembleia em 19 de setembro de 2023, do ano transato. Basicamente tinha como proposta que fosse elaborado pela Junta de Freguesia um diagnóstico local de segurança. Argumentaram na altura que já tinha sido feito um diagnóstico através da Polícia Municipal e que tinha sido apresentado numa sessão pública na Junta de Freguesia com bastante sucesso e bastante audiência. Foi muito interessante e permitiu perceber melhor os problemas de segurança na Freguesia e as medidas que poderiam ser adotadas, mas como já tinha algum tempo e permanecia algum sentimento de insegurança em determinadas zonas da Freguesia, a sugestão era que fosse elaborado um novo diagnóstico e eventualmente com o apoio de universidades para ter rigor científico. -----

----- Propôs-se também que fosse constituída uma comissão eventual para acompanhar a elaboração desse diagnóstico e depois para a divulgação dos seus resultados junto da população. Como até ao momento ainda não tinham nota de terem avançado esses dois pontos, apesar de terem sido aprovados, o primeiro por unanimidade e o segundo ponto aprovado por maioria com as abstenções do PSD e do CDS-PP, mas passado um ano ainda não houve notícias sobre essa matéria, -----



----- Praticamente tinham reproduzido as propostas que apresentaram no ano anterior e depois verificaram, também em conversa com o PSD, que já estando aprovado já não faria sentido fazer novamente as mesmas propostas. No novo documento a nova recomendação teria o seguinte texto:-----

“----- Assim, os eleitos pelo Partido Socialista vêm questionar o Executivo e recomendar, nesta sessão da Assembleia de Freguesia:-----

----- 1. Que o Executivo informe esta Assembleia das iniciativas tomadas com vista à elaboração do diagnóstico local de segurança da Freguesia;-----

----- 2. Que a comissão eventual aprovada em 2023 para acompanhamento da elaboração do DLS e divulgação dos resultados, inicie os seus trabalhos.-----”

----- Eram essas as propostas, alterando o texto da recomendação que tinha um presente e que depois enviariam, se fosse aprovado, a nova versão dessa recomendação.-----

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** agradeceu ao PS a abertura e a colaboração que tinha em todos os assuntos com todos os partidos para benefício da Freguesia. Gostava sempre de salientar quando conseguiram conversar sobre as coisas e chegar a um consenso fácil, saudar essa demonstração de sintonia democrática na abordagem dos partidos em relação aos problemas da Freguesia e do Concelho, até porque infelizmente nem sempre isso acontecia no tempo e no espaço.-----

----- O PSD concordava que fosse informado, eram sempre defensores que houvesse informação e transparência. Obviamente concordavam com a proposta em concreto, votariam favoravelmente que o Executivo informasse em relação ao assunto.-----

----- Em relação à comissão iriam manter a abstenção, não iam alterar a votação sobre esse assunto, o ponto era exatamente o mesmo. Uma abstenção não era uma discordância, era uma viabilização e solicitavam que rapidamente fosse dado início aos trabalhos dessa comissão, porque não podia ser imputado a ninguém a não ser para a própria Assembleia de Freguesia o facto de ter sido constituída uma comissão e que depois não tivesse iniciado os trabalhos. Não encontrava razão para isso e dessa forma solicitava, tal como nas outras comissões que tinham vindo a trabalhar bem, que fossem rapidamente iniciados os trabalhos.-----

----- O ponto 2 também não fazia sentido estar ali, porque só após a ver o trabalho podiam ser divulgados os resultados do trabalho. Agradecia ao PS a alteração, de forma a viabilizar essa preocupação com a segurança na Freguesia.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** solicitou aos serviços que no final da reunião tomassem nota dos eleitos das várias forças políticas que seriam convocados para a comissão. Aquelas que tinham mais que um representante, deveriam indicar quem seria convocado para essa comissão.-----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que tinha passado a ser recomendação e era de toda a utilidade, tinha o escopo no apoio universitário para uma missão desse género e isso era muito importante, mas lembrava que um diagnóstico local de segurança não era imutável no tempo, as situações iam evoluindo e nesse momento estavam a evoluir com uma rapidez algo surpreendente.-----

----- O panorama que seria em 2023 já não era o atual e isso careceria também de um apontamento da parte do PS, de uma renovação cíclica desse diagnóstico local de segurança. Como o seu camarada João Santos votou, iriam manter a votação favorável.-----

----- Uma pequena nota, que não passava disso, era a questão de a Polícia Municipal ser referida com frequência como elemento fundamental das forças de segurança. Sobre isso não se



entendiam com o Partido Socialista. A Polícia Municipal tinha um quadro de atuação muito próprio e que tinha a ver com o cumprimento das regras existentes a nível municipal e não salvaguardar pessoas e bens, como sabiam que era a função principal da PSP.-----
---- Na redação desses pontos finais, se calhar seria de repensar essa diferenciação. Se pusesse apenas forças de segurança ficava tudo dito. -----
---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta de criação de uma comissão do diagnóstico local de segurança foi tida em consideração. No entanto, a Junta teria por base a criação da sua unidade local de proteção civil. A mesma foi aprovada em Assembleia, mas por indicações do serviço municipal de proteção civil da Câmara houve necessidade de alterar o regulamento de forma às 24 Juntas do Concelho terem um documento padrão que cumprisse os requisitos legais e obedecendo aos pressupostos da matriz lançada pelos serviços municipais. ---
---- Todos os trabalhos a serem realizados no âmbito do diagnóstico local de segurança teriam de ter por base a criação da unidade local de proteção civil da Freguesia e o seu funcionamento. No entanto, todo o processo para alteração do regulamento não permitiu começar a casa pelo telhado e assim garantir que o regulamento fosse submetido às necessárias alterações para vigorar de acordo com o estabelecido nos serviços. -----
---- Estariam brevemente em condições de iniciar o processo de constituição da comissão de acompanhamento proposta, de forma a completar os trabalhos na elaboração do plano local de emergência da Freguesia. -----
---- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que fazia apenas um pequeno reparo à intervenção do Senhor Presidente. Competia à Assembleia de Freguesia constituir as comissões e não à Junta. Se a Assembleia de Freguesia determinasse a Constituição de uma comissão a Junta não tinha qualquer papel nessa constituição. A única coisa que podia fazer depois era auxiliar os trabalhos da comissão no sentido de prosseguir os objetivos da mesma e que, segundo aquilo que conseguia depreender, iam muito além daquilo que era a unidade local de proteção civil. -----
---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não se opunha rigorosamente nada a isso, de forma nenhuma. -----
---- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que agradecia os contributos e também a aprovação do documento. Relativamente à intervenção da Membro Isabel Varão só queria frisar que destacavam a PSP e a Polícia Municipal, não por manter as divergências relativamente a essa matéria, mas porque de facto existiam contratos com essas entidades. A Junta tinha um contrato local de segurança com a PSP e tinha um policiamento de proximidade com a Polícia Municipal, estava protocolado com essas polícias para fazer. -----
---- Era um assunto em que tinham pedido se a Junta poderia nalgumas Assembleias dar nota de um relatório sobre a evolução desse contrato local de segurança e do policiamento de proximidade. As únicas iniciativas que iam tendo conhecimento era normalmente na altura do São Martinho, que havia umas castanhas assadas no bairro, mas tirando esse aspeto não sabiam muito mais do que isso. Era por isso que estavam as duas entidades, porque existiam de facto acordos com essas duas polícias e no entender do PS bem. -----
---- Também lhe parecia que havia uma diferença entre a segurança que estavam ali a falar e a segurança nas áreas da proteção civil, que tinha mais a ver com o risco de sismos e outras catástrofes que pudessem ocorrer na Freguesia, era para isso que a área da proteção civil era vocacionada e não tanto para a segurança física das pessoas e bens, mas agradecia que a Junta mantinha a disponibilidade para se avançar com esse diagnóstico local de segurança, que podia



ter várias formas. -----

----- Recentemente foi lançado um inquérito aos fregueses relativamente aos aspetos sobre a Freguesia, que era apoiado pela Universidade Católica. Podia ser sob essa forma ou outra, eram as universidades que fariam. Pensou-se até na altura que esses temas também pudessem ser incluídos no inquérito e ter alguma noção face às respostas dos fregueses, fazer um diagnóstico sobre essa matéria. A nível da comissão poderiam abordar essas questões. -----

----- Solicitou que fosse votado por pontos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Recomendação apresentada pelo PS**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Recomendação apresentada pelo PS**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 4 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Proposta do PS intitulada "Proteção Civil" (ANEXO 6)**. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que também esse ponto era alterado de proposta para recomendação. -----

----- Discutiram o regulamento da unidade local de proteção civil, perceberam agora a razão dela ser colocada novamente à discussão pública, embora mantendo lá aquele ponto que em caso dos voluntários tinham de ser de uma credibilidade inquestionável, mas depois dizia que não podiam ter sido presos, mantinham lá esse ponto, mas foi aprovado o regulamento. -----

----- Na altura referiram que o mais relevante eram os planos de prevenção e de emergência setoriais, para saber em caso de ocorrência o que se fazia e para onde que se deslocavam os fregueses. Perguntou-se também se esses planos seriam apresentados à Assembleia pelo menos para conhecimento, para terem todos a noção de como tudo iria funcionar. O Senhor Presidente da Junta tinha dito que com certeza iriam à Assembleia, mas até ao momento ainda não foram a essa Assembleia. -----

----- No entanto, foram confrontados recentemente, no dia 30 de outubro, com a apresentação pelo serviço municipal de proteção civil dos locais seguros na Freguesia para onde os fregueses se deviam deslocar em caso de catástrofe. Já tinham indicado na Freguesia de Avenidas Novas, em caso de catástrofe, para onde os fregueses se deviam dirigir e para depois serem encaminhados para as zonas de proteção. No documento tinham essa indicação dos locais. -----

----- A recomendação era que o Executivo divulgasse isso aos fregueses no site e outras formas. Sabiam que já houve uma sessão pública na sede da Junta, no dia 3 desse mês, sobre a apresentação desse documento e dos locais para onde os fregueses se deviam dirigir. Portanto, enalteciam que na prática essa recomendação já tinha sido parcialmente acatada pela Junta de Freguesia, a sugestão era que essas sessões pudessem ser estendidas a outros locais da Freguesia para abranger o maior número possível de fregueses para terem conhecimento dessas áreas que eram fundamentais para mitigar o risco na Freguesia. -----

----- Todos tinha presente o que aconteceu em Espanha recentemente e não estavam livres de isso poder ocorrer também na Freguesia. Portanto, a sugestão para que continuassem esse processo de sessões públicas em dois ou três locais da Freguesia. -----

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que essa recomendação do PS era bem recebida pelo PSD, tinha algum enquadramento com a anterior. Tendo em consideração as duas deliberações anteriores, que o Executivo informasse que havia a comissão em funcionamento, situação que já estava de alguma forma resolvida. Também era do conhecimento por parte do



Executivo em relação àquilo que se estava a iniciar, era também uma forma de pelo menos estarem num patamar que não era exatamente aquele que constava inicialmente das considerações. Ainda bem que era assim, um documento sobre um assunto e que rapidamente o assunto já estivesse superado, era bom que assim fosse para poderem avançar. -----

----- O PSD votaria favoravelmente o documento e faziam uma nota ao Executivo. A Câmara Municipal tinha vindo a desenvolver diversas iniciativas a esse respeito e havia uma delas que foi particularmente importante. Ficava uma sugestão ao Executivo, era que já existia um número e se o cidadão ligasse para esse número passava a receber os alertas todos da proteção civil. Não se preocupavam com isso até haver um problema que depois tinha consequências gravíssimas do ponto de vista humano e material. Era bom nesse momento, em que não estavam preocupados, que criassem a situação para rapidamente não serem apanhados de surpresa. -----

----- Lisboa estava sujeita à possibilidade, ainda que remota, de algumas situações gravosas e viu-se recentemente algumas no sul de Espanha. Em Lisboa eram sísmicas e de outro género que podiam vir a ocorrer e era importante que de alguma forma a Junta contribuísse. Por aí ficava o apelo do PSD, para já internamente entre a Assembleia e o Executivo que fosse aumentada a informação para todos poderem contribuir, porque isso ultrapassava a questão política partidária, era uma preocupação geral que isso fosse resolvido e que de alguma forma pudessem contribuir em sintonia com a Câmara para que houvesse um meio rápido da informação chegar para todos os portugueses e nesse caso aos lisboetas. Não havia coisa mais perto que fosse o telemóvel, estava sempre ali a todo o momento. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o plano local de emergência da Freguesia encontrava-se em fase de conclusão. No entanto, era necessário priorizar a alteração ao regulamento da unidade local de proteção civil. -----

----- O plano era elaborado de acordo com a matriz elaborada pelo serviço municipal de proteção civil e devia conter informações específicas de cada Junta. O referido plano seria alvo de apreciação e discussão por parte de todos os eleitos para que posteriormente fosse implementado e divulgado. -----

----- Posteriormente à implementação do plano local de emergência faria sentido a criação da comissão de diagnóstico local, de forma a complementar o trabalho no âmbito da proteção civil da Freguesia. -----

----- A sessão promovida pela Câmara Municipal de Lisboa na divulgação dos pontos de encontro na cidade foi fruto de um processo desenvolvido pelos serviços de proteção civil e teve o apoio da Junta. Aliás, foi essa Junta que iniciou junto dos serviços municipais de proteção civil as primeiras visitas técnicas ao terreno para a criação dos pontos de encontro na Freguesia. Foram também parceiros dos serviços municipais de proteção civil no processo de desenvolvimento dos planos locais de emergência na cidade. -----

----- No passado dia 3, conforme disse o Senhor Eleito do PS e era verdade, a Junta fez uma ação de divulgação aos seus fregueses, com o apoio e presença dos serviços municipais de proteção civil, no sentido de dar a conhecer os pontos de encontro da Freguesia em casos de emergência, bem como as medidas de autoproteção. Esse tipo de iniciativa foi pioneiro na cidade. Tiveram imensa gente com atenção no Salão Nobre e tencionava falar com eles para no futuro fazer uma ação por exemplo no Bairro de Santos ao Rego, que era muito importante para as pessoas idosas que tinham de saber. -----

----- Estava muita gente no salão e exatamente ali focaram uma série de pontos, entre os quais os números de telefone onde se deviam dirigir havendo qualquer problema. Portanto, a explicação



foi de tal ordem bem dada que as pessoas ficaram satisfeitíssimas e uma das coisas que ia propor era que a próxima ação fosse no Bairro Santos ao Rego. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Proteção Civil”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre a recomendação conjunta intitulada “Transmissão on-line das sessões da Assembleia de Freguesia” (ANEXO 7)**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a recomendação era apresentada pelo PS, pelo PSD, pelo CDS, pela CDU, pela IL. Eram as forças políticas que estavam presentes na reunião da Comissão que estava a tratar do regulamento para as transmissões online da Assembleia de Freguesia. Agradecia desde já ao Senhor Presidente ter acedido ao pedido para que estivesse presente o advogado da Junta, o doutor Arcanjo e também o doutor Rui Tamegão, que era o encarregado de proteção de dados. -----

----- O documento foi aprovado por unanimidade das forças políticas presentes na comissão que estava a tratar do regulamento. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que tinha feito uma pequena alteração porque ao longo do dia tivera contato com outras forças políticas. Tinham que no decorrer dos trabalhos da comissão foi já aprovado o documento e isso suscitava dúvidas, se o documento tinha sido aprovado ou não. De facto, o regulamento tinha de ser aprovado em Assembleia de Freguesia, de maneira que o texto seria: -----

----- *“No decorrer dos trabalhos da comissão de Transmissão online das Assembleias de Freguesia já consensualizado o documento a ser submetido à aprovação da Assembleia de Freguesia, com o regulamento que tem por objeto a filmagem, transmissão, áudio e vídeo em direto e online das sessões plenárias da Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, prevista no número 4 do artigo 16º do Regimento da Assembleia de Freguesia.* -----

----- *O mesmo projeto de regulamento seguiu de imediato para parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados.”* -----

----- Enviaram também uma nota de que a Comissão não se tinha pronunciado, mas estava em itálico, iria depender da resposta da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Era uma matéria que tinha de ir à Assembleia de Freguesia, a comissão iria preparar a documentação e levar à Assembleia de Freguesia para a sua aprovação. -----

----- O que apresentavam em consenso com todas as forças políticas era recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia de Avenidas Novas que na elaboração do Orçamento para 2025 fosse previsto o investimento a realizar para permitir a transmissão online das sessões da Assembleia e a sua consulta em diferido. Tinha notícia que já estava cabimentado no Orçamento para 2025, estavam a trabalhar e era importante que avançando com os trabalhos já houvesse cabimento para poder ser feita essa transmissão online. Era essa a proposta de recomendação. -----

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que o PSD foi uma das forças políticas que contactou o relator, fazendo a menção de que o texto teria de ser alterado porque as comissões não aprovavam documentos. Acordaram sobre um documento que tinha de ser submetido à Assembleia de Freguesia. Naturalmente que era o órgão próprio, as comissões não se podiam substituir, tinha alertado para isso e pedindo que fosse feita a adequação e rapidamente o relator transpôs para aquilo que já foi comunicado. -----

----- Agradeceu o empenho do Presidente da comissão, a forma célere como o assunto foi resolvido e tudo decorreu tão rapidamente e bem, também a presença e o empenho dos próprios



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

responsáveis da parte jurídica e da parte de proteção de dados da Junta de Freguesia. -----
----- O PSD referiu na altura que tinha contornos jurídicos muito específicos e que era preciso assegurar essa situação, era também preciso assegurar a parte operacional que tinha a ver exatamente com o responsável pelos cuidados a ter com os dados. -----
----- Competia à Junta dar o necessário suporte financeiro, de forma a todos poderem rapidamente tornar a Assembleia da Freguesia mais transparente e que pudesse aceder a todos os fregueses que quisessem visualizar online, ou depois consultar. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que também tinha sido contactado sobre o texto dessa recomendação e tinha um entendimento diferente, porque para o texto chegar à Assembleia de Freguesia para ser votado primeiro tinha de merecer aprovação em sede de comissão. Do ponto de vista formal as comissões aprovavam documentos para depois irem à Assembleia de Freguesia e serem ratificados. Era esse o seu entendimento do funcionamento das comissões e se o PSD tinha um entendimento diferente respeitava, mas eram visões diferentes da mesma coisa.
----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que o entendimento não era diferente, mas o que se passava era que as comissões não se podiam substituir à Assembleia de Freguesia. Era essa a grande diferença. As comissões chegavam a um consenso, votavam os documentos no âmbito das comissões, mas em nenhum desses órgãos eles podiam substituir ao órgão próprio e o que constava do documento era que tinha sido aprovado no sentido legal da aprovação da proposta, era nisso que estava a diferença. -----
----- Quando havia mais do que uma leitura, era bom que chegassem a uma leitura em que ficava resolvido, ou estariam como advogados numa bola de ping-pong. As comissões eram grupos de trabalho que preparavam a documentação e que depois tinha de ser sujeita nos termos corretos à Assembleia de Freguesia no caso, ou à Assembleia Municipal, ou até no Parlamento o trabalho das próprias comissões, depois eram os debates na especialidade e depois o restante. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que acatava esse argumento e concordava com ele, até mesmo para que houvesse mais transparência nos documentos que estavam a votar e nos documentos que chegavam à Assembleia. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação conjunta intitulada “Transmissão on-line das sessões da Assembleia de Freguesia”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----
----- **Ponto 7 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre a recomendação do CDS-PP intitulada “49º aniversário do 25 de novembro de 1975” (ANEXO 8)**. -----
----- **Membro Teresa Dionísio (CDS-PP)** apresentou o documento. -----
----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** começou por saudar o CDS pela apresentação desse documento subscrito pela Iniciativa Liberal. -----
----- Em relação a isso o PSD já apresentou vários documentos e aproveitava o momento para transmitir ao Executivo e tornar público, recordava que houve uma recomendação aprovada na Assembleia de Freguesia. Na próxima reunião que o PSD tivesse com o Senhor Presidente por causa do Orçamento, seria já na sexta-feira, o PSD ia recordar uma recomendação que datava de 23 de novembro de 2023, em que no final da mesma se dizia que o Tenente José Coimbra e o Furriel Joaquim Pinto fossem homenageados e perpetuados no espaço público. -----
----- Iam fazer essa proposta e ficava anunciada na próxima reunião, que no Orçamento da Junta de Freguesia isso fosse materializado, nos 50 anos da data que estavam a celebrar. Tinham a obrigação enquanto eleitos no Executivo, mandatados pelos fregueses, mas também com o apoio da Assembleia para materializar e poderem passar das palavras aos atos. O PSD iria insistir na



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

próxima reunião que isso fosse materializado, os dois militares mortos nos confrontos ocorridos nessa altura. Era o cumprimento de uma recomendação que tinha o apoio das forças políticas que sustentavam o Executivo. Dessa forma acreditava que rapidamente seria resolvido e era um momento importante para a Junta de Freguesia assinalar os 50 anos dessa data importante para a democracia e para o Estado de direito de que todos beneficiavam. -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que mais um ano passado e mais um documento político aparecia na Assembleia relativo ao 25 de novembro. O texto dessa recomendação, apesar de não achar que a forma mais elegante para apresentar esse tema fosse por recomendação, acharia bem mais adequado um voto político, um voto de saudação, mas apesar disso notava-se que houve na escrita da recomendação alguma moderação e algum equilíbrio para que pudesse colher o apoio de mais forças políticas. -----

----- Ainda assim, parecia haver alguns equívocos. Alguns partidos, principalmente para os partidos de direita, tinham entendido que a normalidade democrática se conseguiu apenas com 25 de novembro de 1975. Diria até que a normalidade democrática se conseguiu uns anos depois, na revisão constitucional de 1982, quando finalmente os militares regressaram aos quartéis e que alguns estavam agora empenhados em fazê-los sair dos quartéis novamente. Era essa a data fundamental da normalização democrática. -----

----- Havia uma insistência em não dar devida vénia ao Grupo dos Nove. Era referido o nome de Melo Antunes e de Vasco Lourenço, mas ficavam por referenciar outros nomes muito importantes nessa data, como Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves, Sousa e Castro, Vítor Alves e Vítor Crespo. -----

----- Quanto aos pontos deliberativos, já um ano atrás não acharam conveniente haver uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa para que organizasse uma sessão solene evocativa do 25 de novembro. Isso por duas razões, em primeiro lugar porque a Assembleia de Freguesia não tinha competência nem poderes para recomendar aquilo que fosse à Câmara Municipal de Lisboa, que era uma pessoa coletiva externa à Freguesia. Por razões políticas, porque não parecia conveniente existirem momentos públicos de exaltação ao 25 de novembro e porque o 25 de novembro tinha servido sobretudo para aqueles que nunca acreditaram e que lutaram contra o regime democrático, para eles saírem à rua e para se exaltarem. Eram as forças políticas mais à direita e qualquer momento público de celebração parecia totalmente descabido. -----

----- Para esses dizia e era importante dizer que o 25 de Novembro não foi uma vitória da direita sobre a esquerda, foi uma vitória da esquerda democrática de Portugal de Abril, militar e civil e todos os de outros campos políticos que se aliaram para derrotar a deriva radical e sectária e o aventureirismo que ameaçava a realização da democracia. -----

----- Tinha acabado de citar Manuel Alegre e além disso o Partido Socialista queria fazer uma sugestão. Era que o ponto um, onde dizia “saudar o 25 de novembro e todos que nele participaram”, sugeriu que a redação fosse a seguinte: -----

----- “E a todos os que nele estiveram ao lado da democracia”. -----

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que as datas eram importantes, os momentos eram importantes e não deviam ser afastados pela interpretação de qualquer força política, grupo ou cidadão. A importância era *per si* e as discussões em relação ao 25 de Abril ou ao 25 de novembro, ou qualquer outro dos momentos históricos, eram sempre passíveis de interpretações e arrastavam-se ao longo do tempo, mas isso não devia afastar a importância das datas históricas e o significado fundamental que marcou a história política recente de Portugal. -----

----- Comemorava desde sempre o 25 de abril e também comemorava o 25 de novembro, por



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

razões diferentes, mas que no fundo era como se fosse o pai e a mãe do sistema existente atualmente. Isso não retirava importância a um nem a outro e o facto de comemorarem datas não legitimava uma coisa nem outra. Havia aproveitamentos sempre de todas as datas, mas não deviam fechar-se com essas questões. Havia importância em determinadas datas, o 25 de novembro foi fundamental, houve muitas forças políticas que participaram e inclusive o Partido Socialista, até partidos de extrema-esquerda na altura, o PSD participou e muitas outras formações políticas, que algumas até já nem existiam. Não se deviam afastar do essencial e não se deviam perder nesse assunto. -----

----- A Câmara de Lisboa tinha estado a comemorar, o Partido Socialista tinha-se feito representar, a Assembleia da República também comemorou esse momento. O PS apresentou um documento na Assembleia Municipal muito recentemente onde não constava o General Jaime Neves e o facto de não constar não invalidava a importância do documento por haver umas interpretações a partir do mesmo. Pensava que não era a forma mais adequada de abordar o assunto, não deviam tentar arranjar qualquer situação que fizesse afastar isso. -----

----- O PSD não tinha qualquer problema na proposta que o PS apresentava e saudavam a mesma, não levantavam qualquer dificuldade em relação a isso. O que estava em causa era um movimento democrático, devia ser assinalado. Pedia aos autores do documento que aceitassem a proposta do PS, para haver essa sintonia importante para a democracia em Portugal. Deixava isso à consideração do CDS, que fosse aceite a questão das forças democráticas, que outra coisa não podia ser, não compreendia de forma alguma que não tivesse sido isso. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que não iria maçar com o discurso expectável. Iria votar contra essa moção, obviamente, porque consideravam que havia uma versão da história agradável para uma certa direita. Como tal não secundavam, porque acima de tudo queriam aquilo que se chamava paz social dentro de um espírito progressista. Podia parecer uma contradição, mas não era. -----

----- Relembrava o papel que Álvaro Cunhal desempenhou nessa altura, acalmando certas ruturas que estavam na iminência de acontecer. Portanto, era bom que a história fosse contada com todas as suas facetas, com todas as suas perspetivas e não branqueando alguns exemplos humanos que não eram para seguir certamente. -----

----- Também relembrava as palavras recentes de um militar do Grupo dos Nove, Rodrigo Sousa e Castro, que deu uma entrevista excepcional à TSF. Recomendava que fossem online ouvir um pouco esse homem, que participou e esteve no cerne do embate entre militares, era assim que ele definia o 25 de novembro. -----

----- A História não se começava a fazer 50 anos depois dos eventos, tinha um tempo longo, um tempo que permitia o fim das paixões e o aparecimento de algo que se aproximava da verdade, desde que a memória não fosse apagada. Por isso tinha resolvido intervir. -----

----- Por esse motivo iria votar contra, porque os termos em que a recomendação estava formulada não podiam subscrever. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, na qualidade de Membro eleito pelo CDS-PP, disse que tinha pedido para encerrar o ponto por dois motivos. O primeiro para dizer ao Membro André Carrilho que concordavam com a alteração do ponto 1 e iam mais longe, estavam disponíveis também para incluir, a seguir a “Jaime Neves”, “e todos do Grupo dos Nove”, que foram efetivamente responsáveis por ter acontecido o 25 de novembro e que já constaram em outras recomendações no passado escritas pelo CDS. -----

----- De facto, o 25 de novembro era uma data que os devia unir, tal como o 25 de abril. Não



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

existia novembro sem abril, que tivessem isso bem presente. Um foi o começo de um processo, o outro foi o começo do fim de outro processo, eram datas fundadoras da democracia portuguesa e como tal deviam ser celebrados e enaltecidas, até porque eram datas que diziam muito a várias forças moderadas do país. Daí estarem mencionados nomes como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Freitas do Amaral.-----

----- Era também com alguma estupefação que ouvia na Assembleia de Freguesia dizer que no 25 de novembro Álvaro Cunhal tentou acalmar as hostes. Era fáctico que quando Álvaro Cunhal percebeu que não tinha hipótese, percebeu que iria ser derrotado, porque as armas foram distribuídas a militantes do Partido Comunista, foram distribuídas ao COPCON. O COPCON e o PCP foram derrotados pelas forças moderadas, não foi pelas forças extremistas de direita, foi pelas forças moderadas com Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Freitas do Amaral e todos os militares do Grupo dos Nove.-----

----- Como a Membro Isabel Varão disse e bem, ainda bem que tinham alguém para contar a história, ainda bem que tinham o General Ramalho Eanes vivo e com mente sã.-----

----- Na qualidade de Presidente da Assembleia referiu que o ponto 1 ficaria com o seguinte texto: "Saudar o 25 de novembro de 1975 e todos os que com ele estiveram ao lado da democracia."--

----- Submeteu à votação o **ponto 1 da Recomendação "49º aniversário do 25 de novembro de 1975"**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (2PS, PSD, CDS-PP, BE, IL e CHEGA) e 3 votos contra (2PS e PCP) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Recomendação "49º aniversário do 25 de novembro de 1975"**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, BE, IL e CHEGA) e 5 votos contra (PS e PCP) -----

----- (Membro Sigismundo Nunes não participou na votação)-----

----- Informou que a Assembleia de Freguesia do dia 19 teria lugar no Grupo Excursionista "Os Económicos". As convocatórias saíram essa semana nos termos da Lei. Pedia a todos que estivessem a horas na Assembleia, iriam cumprir escrupulosamente todos os horários previstos regimentalmente. Esperava que no dia 19 tivessem casa cheia para também haver o público a intervir, que fazia sempre falta à Assembleia.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta (ANEXO 9)** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e uma horas e cinquenta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes.-----

1.º SECRETÁRIO _____

2.º SECRETÁRIO _____

O PRESIDENTE _____

Composta por 15 págs. e 9 anexos.



ANEXOS

1. Convocatória.
2. Folha de Presenças.
3. Pedidos de substituição.
4. Ratificação - Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Lisboa na Freguesia de Avenidas Novas, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação de Lisboa – Vertente de Apoio a Agregados Familiares – Proposta nº 213/PRES/2024.
5. Recomendação do PS intitulada “*Diagnóstico Local de Segurança*”.
6. Recomendação do PS intitulada “*Proteção Civil*”.
7. Recomendação conjunta intitulada “*Transmissão on-line das sessões da Assembleia de Freguesia*”.
8. Recomendação do CDS-PP intitulada “*49º aniversário do 25 de novembro de 1975*”.
9. Ata em minuta.